



ATA DA 303ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA

DATA: 23/01/2026

HORA: 8h35

LOCAL: Presencialmente e por meio de videoconferência

PRESENCAS: Sr. Edmilson Gama da Silva, Presidente do Comitê; Sr. Antônio Elias Zoghbi de Castro e Sra. Erika Akemi Kimura Reis, membros efetivos. Presentes também, o Sr. Douglas Araújo Ruas, Analista de Previdência Complementar; a Sra. Graciene Valdez Pereira Andrade, Analista de Previdência Complementar; e a Sra. Patrícia Brito de Ávila, Coordenadora da Secretaria de Órgãos Estatutários.

CONVIDADOS: Sr. Cícero Rafael Barros Dias, Diretor Presidente; Sr. Marco Antônio Fragoso de Souza, Diretor de Administração; Sra. Regina Célia Dias, Diretora de Segurança, Sr. José Dória Pupo Neto, Diretor de Investimentos, Substituto; Sr. Marcos de Carvalho Ordonho, Gerente de Governança e Planejamento (por videoconferência); Sr. Antônio dos Santos Drumond Filho, Gerente de Auditoria Interna; Sr. José Luiz Barros, Gerente de Orçamento, Contabilidade e Tesouraria; Sr. Thales Maia Mendonça, Gerente de Controle de Investimentos; Sra. Elvira Mariane Schulz, Coordenadora de Riscos de Investimentos e Sr. Sidimar Quezada Leite, Analista de Previdência Complementar.

Verificado o quórum necessário, de acordo com o art. 30, inciso II do Regimento Interno da Funpresp-Exe, o Presidente do Comitê de Auditoria (Coaud) instalou a reunião e declarou iniciados os trabalhos.

ASSUNTOS DELIBERATIVOS:

1) Ordem do Dia

A ordem do dia foi aprovada pelos membros do colegiado.

2) Ata da Reunião Anterior

Não houve.

3) Reunião com o Conselho Deliberativo

Os membros do Comitê de Auditoria (Coaud) participaram da 155ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo (CD), realizada no contexto da reunião trimestral conjunta prevista no inciso XII do art. 51 do Regimento Interno da Fundação. Na ocasião, o Sr. Edmilson Gama, Presidente do Coaud, apresentou síntese das atividades desenvolvidas no período compreendido entre 13 de outubro de 2025 e 10 de janeiro de 2026, destacando os principais assuntos apreciados pelo Comitê e o acompanhamento de temas relevantes para a governança e o adequado funcionamento da Entidade. No período, foram realizadas sete reuniões ordinárias e duas extraordinárias do Comitê, incluindo encontros conjuntos com o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva, a Auditoria Interna, a Auditoria Externa e a Gerência de Conformidade e Controles Internos, o que contribuiu para o fortalecimento da interlocução institucional e para o acompanhamento de matérias estratégicas da Fundação. No eixo de monitoramento da gestão, o Presidente do Coaud reportou as apresentações realizadas pelas unidades técnicas, abrangendo temas relacionados à gestão de riscos e aos controles internos, ao acompanhamento das atividades da Diretoria Executiva, à evolução dos créditos a receber em atraso, às atividades da Comissão de Ética e da

Ouvidoria, ao quadro de contingências judiciais e ao cumprimento do calendário de obrigações legais e fiscais. Foram igualmente apresentados os demonstrativos financeiros, incluindo balancetes, execução orçamentária do PGA e fluxo de caixa, bem como os relatórios relativos à execução das políticas de investimento e à gestão de riscos de investimentos. No mesmo contexto, registraram-se as apresentações referentes às atividades da Auditoria Interna, inclusive o acompanhamento dos planos de ação decorrentes de auditorias e o reporte do Plano de Ação Anual. Complementarmente, foram apresentados o quadro de aquisições e contratações, as ações conduzidas pela Gerência de Comunicação e Relacionamento e os Relatórios de Controles Internos do Conselho Fiscal. No que se refere às matérias apreciadas pelo Comitê no período, o Presidente destacou: (i) o processo licitatório da auditoria independente contábil; (ii) o processo licitatório da auditoria independente atuarial; (iii) a prorrogação contratual da Auditoria Independente; (iv) a minuta da Política de Auditoria Interna; (v) a revisão e proposição dos indicadores e metas do PPR/PRV 2026; e (vi) o planejamento do calendário de reuniões e do plano de trabalho de 2026 do Comitê. O Sr. Edmilson Gama registrou, ainda, a emissão de recomendações pelo Coaud voltadas ao aprimoramento da governança e das atividades de auditoria, abrangendo, entre outros temas, aspectos relacionados à Ouvidoria, ao Plano Anual de Auditoria Interna dos exercícios de 2025 e 2026 e ao Plano Plurianual de Auditoria. No eixo de capacitação e desenvolvimento, foi registrada a participação e o acompanhamento dos conteúdos apresentados nos congressos do IBGC e da Abrapp, com destaque para temas relacionados à governança, gestão de riscos e auditoria baseada em risco. Nesse contexto, também foi mencionado o planejamento do processo seletivo para novo membro do Comitê. Durante a reunião, o Sr. Edmilson Gama apresentou, ainda, estudo elaborado pelo COAUD contendo síntese dos principais riscos regulatórios do setor no exercício de 2025, com mapeamento das prioridades de fiscalização e indicação de medidas de atuação preventiva. As discussões abrangeram: (i) o cenário regulatório de 2026 e a atuação de Previc/CGU/TCU; (ii) a evolução para uma abordagem baseada em risco, com ênfase na qualidade das evidências e na tempestividade das respostas institucionais; (iii) o fortalecimento das três linhas de defesa, com clareza de papéis e rotas de escalonamento; (iv) os eixos críticos de fiscalização, especialmente investimentos, tecnologia da informação e cibersegurança, passivo atuarial, controles internos e governança; e (v) o dever de diligência dos órgãos estatutários na supervisão de temas materiais. O Comitê tratou, ainda, da importância de procedimentos normatizados e de metodologia própria de acompanhamento dos riscos de investimentos, com monitoramento recorrente de emissores de crédito, revisão de limites e ratings, reporte periódico de exceções de risco de investimentos e foco contínuo em investimentos em tecnologia da informação, temas que permearam as fiscalizações nas demais EFPC pesquisadas no presente trabalho.

Na sequência, os membros do Conselho Deliberativo debateram com o Comitê os temas apresentados, destacando a importância do acompanhamento do ambiente regulatório e do fortalecimento da integração entre as três linhas de defesa, com adequada definição de papéis e fluxos de reporte.

ASSUNTOS INFORMATIVOS:

4) Balancetes, Execução Orçamentária do PGA e Fluxo de Caixa – novembro de 2025

O Sr. José Luiz Barros apresentou a Nota Técnica nº 41/2025/COORC/GECOT/DIRAD, de 12 de janeiro de 2026, constante do Processo SEI nº 03750.020405.000106/2025-11, relativa aos balancetes e ao fluxo de caixa dos Planos ExecPrev, LegisPrev e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), bem como à execução orçamentária do PGA referente a novembro de 2025. Na oportunidade, o Gerente informou que o ativo total da Funpresp-Exe ao final do mês alcançou R\$ 14,795 bilhões, com crescimento de R\$ 490,2 milhões no período, resultado positivo de investimentos dos Planos no montante de R\$ 148,9 milhões, execução de 83,6% das despesas administrativas previstas e todos os indicadores dentro das metas estabelecidas. Durante os debates, o Comitê e o Gerente trataram da impossibilidade temporária de realização de algumas portabilidades, em razão de questões processuais e sistêmicas, bem como da priorização das novas concessões e dos respectivos processos de contratação. O Gerente também destacou os ganhos de eficiência decorrentes da troca de sistema ocorrida em 2025, especialmente com a implantação do módulo de seguridade e a integração do módulo de empréstimos ao cadastro. Esclareceu, contudo, que a implantação do processo de empréstimos no LegisPrev demandou maior esforço operacional em razão de suas especificidades. Além disso, o Comitê e o Gerente abordaram que a estrutura individualizada dos planos, cada qual com conta de investimentos e CNPJ próprios, amplia a complexidade operacional, mas reforça a segurança, a transparência e a aderência jurídica dos processos.

5) Monitoramento e Análise de Performance de Ativos – MAPA - novembro de 2025

O Sr. Thales Maia apresentou o Monitoramento e Análise de Performance de Ativos referente ao mês de novembro de 2025. Na oportunidade, informou que a rentabilidade consolidada foi de 1,06% no mês, acima do referencial IPCA + 4% a.a., que registrou 0,48%. O Gerente esclareceu que o resultado foi impulsionado, principalmente, pelos títulos públicos atrelados ao IPCA (IMA-B +2,04%), pela valorização da renda variável local (Ibovespa +6,37%) e do ouro (+2,67%). No acumulado do ano até novembro, informou que a carteira consolidada rendeu 12,75%, ante 7,71% do referencial, com patrimônio total de R\$ 14,39 bilhões. Destacou, ainda, que as carteiras por objetivo apresentaram desempenho superior ao benchmark, com “*Preservação*” acumulando 11,66% no ano e “*Performance*”, 16,50%, o que, segundo o Gerente, demonstra a contribuição da diversificação para o resultado consolidado. Na sequência, o Sr. Thales Maia explicou a estrutura e o escopo do relatório, abrangendo conjuntura, desempenho consolidado, perfis, classes de ativos locais e externas e operações com participantes, e ressaltou que a Fundação manteve performance acima do referencial no mês, no acumulado do ano, em 12 meses e desde o início. Durante os esclarecimentos, o Sr. Edmilson Gama observou a relevância da desaceleração da economia chinesa sobre os preços das commodities, com destaque para o minério de ferro, e seus possíveis reflexos sobre ativos locais correlatos, questionando também a evolução e a alocação nos mandatos multimercado e multifundo. Em resposta, o Sr. Thales Maia informou que determinados mandatos multimercado foram integralmente liquidados, com realocação dos recursos para a carteira em liquidez da Fundação. Acrescentou, ainda, que houve movimentações estratégicas no início do exercício, com exposição a estratégias voltadas a empresas pagadoras de dividendos e a índices amplos de ações. Por fim, o Comitê debateu o equilíbrio entre estratégias passivas e ativas, incluindo as premissas adotadas, os limites de risco e as diretrizes de governança aplicáveis a eventual ampliação de estratégias de gestão ativa, voltadas à geração de alfa.

6) Monitoramento de Riscos de Investimentos - novembro de 2025

A Sra. Elvira Mariane e o Sr. Sidimar Quezada apresentaram o monitoramento de riscos de investimentos referente a novembro de 2025. De acordo com o reporte, todas as carteiras permaneceram enquadradas aos limites do Benchmark Value at Risk (B-VaR), bem como às políticas de investimentos e à legislação aplicável. Os expositores esclareceram que os ativos de crédito privado se mantiveram adequados às classificações de rating exigidas, que a inadimplência das operações com participantes foi de 0,070% no ExecPrev e de 0,018% no LegisPrev, ambos os percentuais abaixo do limite estabelecido, e que a liquidez dos planos de benefícios e do PGA foi considerada suficiente. Informaram, ainda, que os indicadores de risco sistêmico (CDS/VIX) permaneceram abaixo dos referenciais de alerta. A Coordenação também destacou que o patrimônio líquido consolidado girava em torno de R\$ 14,4 bilhões no mês, com exposição majoritária ao IPCA nos planos de benefícios e maior exposição à Selic no PGA, mantendo-se, em ambos os casos, o enquadramento geral aos limites de aplicação. Na sequência, os membros debateram a atualização da Resolução CMN nº 4.966 e seus reflexos contábeis nas instituições financeiras, reconhecendo que as alterações promovidas impactam os critérios de mensuração, evidênciação e as rotinas de reporte pela área de riscos de investimentos. Em seguida, o Comitê e a CORIN trataram de possíveis formas de apoio relacionadas à matéria, ficando ajustado que o alinhamento específico será realizado em momento oportuno.

7) Relatório Anual de Inventário de Bens Patrimoniais - 2025

Os membros do Comitê de Auditoria tomaram conhecimento do Relatório Anual de Inventário de Bens Patrimoniais referente a 2025.

8) Certidões negativas da Funpresp-Exe - contribuições federais, FGTS e Débitos Trabalhistas

O colegiado tomou ciência do Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, todas com referência em janeiro de 2026. Os documentos atestam a regularidade da Funpresp-Exe perante o FGTS e a Justiça do Trabalho e, ainda, que não constam pendências em nome da Fundação relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9) Atas dos Colegiados e Órgãos Auxiliares

Não houve.

10) Informes

Não houve.

A próxima reunião do Comitê de Auditoria está agendada para o dia 06 de fevereiro de 2026, às 8h. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Edmilson Gama, Presidente do Comitê de Auditoria da Funpresp-Exe, considerou encerrados os trabalhos às 12h13, tendo eu, Douglas Araújo Ruas, secretário da reunião, lavrado e subscrito esta ata, que após lida e aprovada, segue assinada pelos presentes.

Edmilson Gama da Silva
Presidente do Comitê

Antônio Elias Zoghbi de Castro
Membro do Comitê

Erika Akemi Kimura Reis
Membra do Comitê

Douglas Araújo Ruas
Secretário da Reunião



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Araujo Ruas, Analista de Previdência Complementar**, em 18/03/2026, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edmilson Gama da Silva, Membro do Comitê de Auditoria**, em 18/03/2026, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Elias Zoghbi, Membro do Comitê de Auditoria**, em 18/03/2026, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Akemi Kimura Reis, Membro do Comitê de Auditoria**, em 20/03/2026, às 08:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.funpresp.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0272137** e o código CRC **DD15C1C0**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 03750.000501.000023/2026-16

SEI nº 0272137

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

SCN Q 2 BL A Corporate Financial Center Salas 201-204 - CEP 70712-900 -

<https://funpresp.com.br>